

## Bionarrativas e valores civilizatórios de matriz africana na educação em Joinville/SC

### ARTIGO

**Denísia Martins Borba<sup>i</sup>**

Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, SC, Brasil

**João Carlos Ferreira de Melo Júnior<sup>ii</sup>**

Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, SC, Brasil

1

### Resumo

A oralidade é o meio pelo qual as comunidades de matriz africana transmitem conhecimentos, memórias, crenças e tradições de geração em geração. O registro de bionarrativas valoriza essas raízes e práticas milenares, muitas vezes ameaçadas de desaparecer. Incorporar essa prática na educação contribui com o diálogo e inclusão de diferentes matrizes no ensino formal e informal. Este estudo utiliza o referencial teórico da valorização da Bionas como instrumento de preservação cultural e inclusão social. A metodologia inclui estudo de caso e entrevistas semiestruturadas em uma comunidade de matriz africana em Joinville/SC, além da análise de documentos e políticas públicas locais. Os resultados mostram que a bionarrativa cultural retrata o diálogo entre a comunidade e a gestão pública, valorizando saberes, fazeres, celebrações e a importância do patrimônio florestal. Registrar e construir bionarrativas culturais pode promover diversidade e equidade nas políticas públicas, fortalecendo a identidade e autoestima da população negra em Joinville/SC.

**Palavras-chave:** Memória. Educação. Bionarrativas. Experiência de si.

### Bionarratives and civilization values of african matrix in education in Joinville/SC

### Abstract

Orality is the means by which African communities transmit knowledge, memories, beliefs and traditions from generation to generation. The recording of bionarratives values these ancient roots and practices, which are often threatened with disappearing. Incorporating this practice into education contributes to dialogue and inclusion of different matrices in formal and informal education. This study uses the theoretical framework of valuing Bionas as an instrument of cultural preservation and social inclusion. The methodology includes a case study and semi-structured interviews in an African community in Joinville/SC, in addition to the analysis of documents and local public policies. The results show that the cultural bionarrative portrays the dialogue between the community and public management, valuing knowledge, practices, celebrations and the importance of forest heritage. Recording and building cultural bionarratives can promote diversity and equity in public policies, strengthening the identity and self-esteem of the black population in Joinville/SC.

**Keywords:** Memory. Education. Bionarratives. Experience yourself.

## 1 Introdução

2

A educação é crucial para o desenvolvimento pessoal, social e cultural, mas os modelos educacionais tradicionais nem sempre atendem a todas as realidades (Munanga, 2010). As comunidades tradicionais de matriz africana foram frequentemente excluídas dos processos educacionais formais, o que ameaçou a preservação de suas culturas e tradições (Caputo, 2012).

Nesse contexto, surgiu o conceito de bionarrativas, que valoriza o conhecimento das comunidades tradicionais, incluindo as de matriz africana, e reconhece a importância da relação homem-natureza para a preservação da vida no planeta (Kato & Fonseca, 2021). As bionarrativas permitem que as comunidades contem suas histórias, transmitindo conhecimentos e fortalecendo sua identidade cultural e sua relação com o meio ambiente (Kato, 2020; Leal; Rédua; Kato, 2022).

Para as comunidades de matriz africana, as bionarrativas oferecem uma oportunidade de valorização de suas raízes e práticas milenares, que vêm se perdendo ao longo dos anos (Borba *et al.*, 2021). É crucial que a educação formal estabeleça canais de escuta e diálogo, respeitando a diversidade cultural e promovendo a construção coletiva do conhecimento (Kato, 2020). Nesse contexto, a experiência de si também oferece importantes contribuições (Larrosa, 2011).

Os conhecimentos de matriz africana foram ampliados e transformados durante a escravidão e pós-abolição no Brasil, formando a cultura afro-brasileira atual. Para ensinar essa cultura, é essencial compreender e valorizar essa continuidade histórica, reconhecendo suas contribuições e influências na formação da cultura brasileira (Rocha, 2010).

As comunidades tradicionais de matriz africana em Santa Catarina realizam ações educativas para proteger suas histórias e memórias, às vezes em parceria com o ensino formal, com ou sem apoio do poder público. Este estudo conduziu um "estudo de caso" em uma comunidade, que desenvolve práticas educativas internas e externas ao seu espaço religioso, visando incluir a população negra nas políticas públicas, considerando

seus saberes, fazeres, celebrações, formas de expressão e a importância do patrimônio florestal como território.

## 2 Metodologia

3

A metodologia foi fundamentada no estudo de caso, utilizando entrevistas com a *Ìyalòrìsà* Jacila de Souza Barbosa, sacerdotisa do *Ilé Àse Ìyá Omilodé*, de Joinville/SC. A escolha se deu por se tratar de uma modalidade de pesquisa pela qual é possível compreender fenômenos complexos em curto tempo, focando em ações contemporâneas. O objetivo é, por meio de uma série de evidências, generalizar pressupostos e conclusões por método indutivo (Yin, 2005).

Em se tratando do estudo de caso, uma metodologia qualitativa, Patton (2015) enfatiza que permite uma exploração profunda e contextualizada de fenômenos complexos. Isso permite ao pesquisador utilizar múltiplas fontes de dados e métodos de coleta, como entrevistas, observações e análise de documentos, para construir uma compreensão holística do tema estudado. O autor aborda ainda os principais desafios encontrados ao utilizar essa abordagem e oferece estratégias para garantir a validade e a confiabilidade dos dados coletados. No debate metodológico, Merriam & Tisdell (2016) acrescentam categorias para a realização de um estudo de caso, sendo elas: exploratória, descritiva e explanatória. No caso do estudo em questão, optou-se por usar a categoria descritiva, contribuindo com uma descrição detalhada do contexto e dos fenômenos em estudo, e a categoria explanatória, buscando explicar as causas e efeitos da participação política de comunidade tradicional de matriz africana no cenário de Joinville.

Para fazer o estudo de caso utilizando as bionarrativas sociais, seguiu-se o seguinte roteiro:

1. Selecionou-se a *Ìyalòrìsà* Jacila de Souza Barbosa, considerando sua relevância cultural, política e social para as comunidades tradicionais de matriz africana do norte Catarinense. Essa escolha foi feita considerando suas experiências e

perspectivas relevantes para a investigação sobre a participação nas ações educativas municipais, que visam apresentar os valores civilizatórios de matriz africana;

2. Coletaram-se as narrativas da participante, realizando entrevista em profundidade e empática, com o objetivo de ouvir a história de vida da participante e entender como as suas experiências influenciaram suas atitudes, comportamentos e crenças atuais;

3. Identificaram-se os temas centrais em suas narrativas e analisaram-se as informações coletadas visando encontrar padrões e temas comuns. Foram destacados os fatores sociais, culturais e biológicos que interagem moldando sua história de vida;

4. Interpretaram-se e discutiram-se os resultados, usando as informações coletadas para discutir como a vida do participante é influenciada pelas interações entre os fatores sociais, culturais e biológicos. Explorou-se como essas interações podem influenciar a qualidade de vida e a participação social da participante, que busca uma transformação cultural em sua comunidade;

5. Aplicaram-se as descobertas ao contexto mais amplo, identificando as experiências da participante que podem ser aplicadas em contextos políticos, culturais e sociais mais amplos.

Parte desse processo de investigação foi construída e interpretada como conhecimento coletivo, visando discutir os fenômenos de promoção da cultura de matriz africana, com a floresta como foco principal, como o ato do pesquisador conhecer o universo cultural do grupo, no caso, os *ilé* de Santa Catarina (Santos, 2022).

A entrevista com a *Ìyalòrìsà* Jacila foi realizada no dia 23/05/2023, na sede do *Ilé Àsè Ìyá Omilodé*. Seguiu-se um roteiro semiestruturado, composto por 29 questões. A entrevista foi registrada apenas em áudio, a pedido da entrevistada.

A entrevista foi transcrita na íntegra e editada, tendo sido removidos os tiques verbais e vocalizações involuntárias. A entrevista teve como base a memória individual da *Ìyalòrìsà* Jacila, mas com total referência na memória coletiva relacionada às suas vivências individuais. Destaca-se que, embora a entrevista seja o fio condutor desse estudo, não se trata de estabelecer que a fonte oral seja a única possibilidade de pesquisa

com comunidades tradicionais de matriz africana. Também não é uma oposição aos documentos manuscritos e impressos, trata-se de valorizar a memória, modos de narrar e identidade dessas comunidades (Bâ, 1980; Halbwachs, 1990; Alberti, 2004; Guimarães Neto, 2006; Candau, 2012; Bom Meihy & Holanda, 2017).

O estudo de caso explorou o conceito de interface socioestatal, especialmente nas atribuições consultiva, corresponsabilização e cogestão (Isunza & Hevia, 2006). Observou-se a formação de interfaces políticas, onde as demandas apresentadas à gestão resultaram na execução de políticas, evidenciando que a sociedade pode direcionar o Estado. Isso possibilitou estabelecer a cogestão, onde os processos decisórios são responsabilidade de ambos os atores (Pires & Vaz, 2012).

Optou-se pela escrita no formato de narrativa, oferecida pela *lyalòrìsà*, para valorizar suas experiências e provocar reflexões sobre saberes, fazeres, histórias e identidades invisibilizadas pela colonialidade (Rufino, 2019). A narrativa dialoga com a bionarrativa social (BIONAS), termo originado de oficinas pedagógicas interculturais em instituições de ensino superior no projeto Observatório da Educação para a Biodiversidade, financiado pelo CNPq (Kato, 2020).

As bionarrativas promovem a conscientização e o respeito por práticas sociorreligiosas baseadas na herança ancestral africana, contribuindo com ações pedagógicas (Borba & Melo Jr., 2022). As comunidades tradicionais de matriz africana fundamentam-se na oralidade, transmitindo conhecimentos de geração em geração por meio de observações e palavras, distantes dos métodos de ensino oficiais e da escrita. Mesmo assim, os *ilé* funcionam como importantes espaços educativos para diferentes faixas etárias (Caputo, 2012).

O estudo de caso e a bionarrativa esbarraram na experiência de si como possibilidade de contribuir para o diálogo nas práticas educativas entre comunidades tradicionais de matriz africana e o ensino formal. Trata-se da experiência na qual o sujeito se oferece a si próprio, ao mesmo tempo em que se observa, se define, se revela, se apresenta, se interpreta e, ao se narrar, tenta se corrigir ou redirecionar a ação para alcançar os objetivos desejados (Larrosa, 2002).

## 3 Resultados e Discussão

### Da fundação do terreiro à inserção nas políticas públicas

6 A produção da BIONAS foi realizada com a *Ìyalòrìsà* Jacila de Souza Barbosa/Jacila de Òsun Òpárá, sacerdotisa do *Ilé Àse Ìyá Omilodé*, fundado em 21/09/1994 e aberto ao público em outubro de 1994. Está localizado no bairro Ulisses Guimarães, na região sul do município de Joinville. Quando de sua abertura, as primeiras atividades eram apenas de Umbanda<sup>1</sup>, considerando o tempo de iniciação ser insuficiente para a abertura do seu próprio *ilé àse*<sup>2</sup> (Machado, 2014).

No início, os trabalhos desenvolvidos pela *Ìyalòrìsà* estiveram mais fortemente vinculados ao campo social. Ela iniciou abrigoando 94 crianças e 36 adultos na década de 1990, durante a construção do seu templo religioso.

Com o objetivo de desenvolver ações afirmativas e valorizar a cultura de matriz africana, a *Ìyalòrìsà* fundou a Associação Casa da Vó Joaquina, reconhecida como de utilidade pública municipal pela Lei nº 6721 de 30 de junho de 2010 e estadual pela Lei nº 16.733/2015. A associação, de caráter cultural e social, apoia a comunidade e desenvolve projetos de orientação e educação para todas as idades, visando melhorar a qualidade de vida. Em 2019, foi registrada no Conselho Municipal de Educação (CME).

Além de comandar o *Ilé Àse Ìyá Omilodé* e a Associação Casa da Vó Joaquina, *Ìyá* Jacila coordena também o grupo *Afoxé Omilodê* – que abre e fecha os desfiles carnavalescos de Joinville, eventos culturais e políticos da cidade. À frente dessas organizações, ela organiza os eventos da Semana da Consciência Negra, regulamentados desde 2017 por meio da lei 8.472, que Institui o Mês da Consciência Negra no Município. Além disso, ela coordena ações relativas à saúde, meio ambiente nas escolas de Joinville

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma manifestação de fé, de origem brasileira, com uma natureza ecumênica que aglutina elementos de diversas origens religiosas, como a africana, a católica, a espírita, a indígena e oriental. Essa mistura de tradições e costumes resulta em uma prática religiosa única e original, que representa a identidade cultural do povo brasileiro. A Umbanda tem como premissa a busca pela harmonia entre as pessoas e o sagrado, a conexão com a natureza e a valorização da diversidade humana (Verger, 1999).

<sup>2</sup> Jacila de Souza Barbosa foi iniciada em 30/01/1990 e, segundo Rocha (2001), o processo iniciático, do Candomblé, dura pelo menos 7 anos, quando então recebe o consentimento para ter o seu próprio *ilé àse*.

e Região, e realiza assistência social na comunidade, atendendo 380 famílias que são cadastradas em sistema próprio.

A Associação atende famílias que nem sempre têm vínculos religiosos, fornecendo cestas básicas, oficinas de formação e um clube de mães que oferece informações e distribui kits às gestantes. Desde 2020, a Associação mantém um convênio com a Prefeitura de Joinville para manter uma Casa de Passagem, atendendo pessoas em situação de vulnerabilidade.

A Associação Casa da Vó Joaquina colaborou na criação do Conselho Municipal de Políticas para a Igualdade Racial (COMPIR) e faz parte do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres e do Conselho Municipal de Educação. Além disso, está registrada como instituição parceira do Conselho Municipal de Educação, oferecendo ações educativas nas escolas da rede municipal de ensino.

## O terreiro e as bionarrativas sociais

A história da *Ìyalòrìsà* Jacila é inspiração para muitos sacerdotes de matriz africana. Ela se apresenta como uma mulher valente, que só tem medo de lagartixas. Afirma que aprendeu com seu pai carnal que a coragem deve reger a humanidade. Mãe Jacila, como é conhecida em Joinville, é migrante de Campos dos Goytacazes/RJ e afirma em todos os seus discursos públicos que *Òsun* escolheu Joinville em 1990 para que ela construísse seu templo sobre as águas.

*Quando cheguei na cidade, estava acontecendo uns festivais de prêmios, bingão. Era difícil arranjar emprego, eu, extrovertida, meu palavrado solto, acho que o pessoal é muito fechado. Acabei trabalhando para o senhor Valdomiro, presidente do Joinville Esporte Clube (JEC). Na época, eu coordenava a equipe de vendedores, ganhei muito dinheiro, boa parte, investi construindo essa casa (Barbosa, 2023).*

O histórico da *Ìyalòrìsà* em Joinville é crucial para entender seu impacto nos campos da assistência social, cultural e educacional ao longo das décadas. No entanto, as comunidades tradicionais de matriz africana ainda enfrentam desafios significativos relacionados à discriminação, exclusão e racismo. É crucial não apenas compreender a experiência do outro, mas também valorizar as bionarrativas das comunidades,

fundamentais para entender a diversidade existente em todo o Brasil. A experiência de si e a bionarrativa social mostram que as experiências individuais enriquecem as narrativas coletivas, fornecendo um contexto significativo para a formação da identidade pessoal, ligada a valores coletivos. Esse ciclo de reciprocidade promove a continuidade das tradições culturais e fomentar a inclusão e o diálogo intercultural.

O templo religioso da sacerdotisa ainda não estava em atividade, mas a situação da população periférica era o que chamava sua atenção e mobilizou suas primeiras ações.

*Quando acabaram os festivais de prêmios, muita gente ficou desempregada, sem moradia, sem ter como cuidar dos filhos. Essa casa estava em construção. Tinham meninas, da comunidade que, se tornaram profissionais do sexo, trabalhavam na rua. Eu falava para deixarem as crianças aqui, acolhi muitas pessoas. Toda segunda-feira fazíamos a oração da Vovó Joaquina, após a oração, oferecíamos uma sopa, um risoto, ou uma feijoada. As pessoas rezavam e quase sempre, falavam com Vovó das suas necessidades espirituais e materiais e Vovó falava para conversarem comigo. Quando acabava a reza, eu ia conversar com as pessoas. E Vovó dizia que era para dar um teto para o filho de alguns, ajudar a arrumar emprego para outros e, se Vovó disse, está dito. E essas pessoas foram ficando aqui. Tinha uma senhora, que morava aqui no bairro e cuidava das crianças, para muitas moças trabalharem na noite. Ela vinha aqui nas rezas, muitas vezes nem era para a reza, era por causa da comida. Assim todo mundo passou a me conhecer. Essa senhorinha, cuidadora das crianças, faleceu. Ficou um monte de criança lá e muitas mães já nem moravam em Joinville algumas nem vinham ver os filhos. E quando as coisas ficavam difíceis, já mandavam chamar a mãe Jacila, para ver se ela ficava com as crianças porque já tinham procurado por parentes, mas muita gente não tinha parentes ou não sabiam onde localizar, ou, se localizavam, muitas vezes, não queriam cuidar das crianças. E assim foram ficando aqui, outras vinham para rezar, com as tias, avós e ficavam por aqui. Foram crescendo, foram ficando. Muitos cresceram, estudaram, outros não estudaram, tem gente que, quando não quer estudar, não tem jeito. Tem gente que morou aqui e hoje é professor, tem gente que trabalha em diversos lugares. Uns se casaram ou tiveram filhos e os filhos foram ficando aqui, quando me dei conta eram muitas crianças (Barbosa, 2023).*

A situação dos moradores do bairro Ulisses Guimarães e adjacências mobilizou o trabalho inicial da *Ìyalòrìsà*, que estava mais ligada à Umbanda, considerando a sua idade iniciática no Candomblé ainda insuficiente para esta prática de fé (Machado, 2014).

*Quando eu ergui essa casa, minha intenção era fazer trabalhos da religião e social. Essa região é muito carente. O tempo foi passando e comecei ver outras questões, percebendo as dificuldades que as crianças tinham na escola. Percebi que nas escolas tinha muito preconceito, racismo. Das 94 crianças que viviam aqui, tinha alguns adolescentes, 55 negros e 27 homossexuais. Essas crianças sofriam muito preconceito, discriminação, racismo (Barbosa, 2023).*

O trabalho de assistência social, empatia e solidariedade direcionaram Ìyá Jacila para a luta étnico-racial nas escolas onde as crianças que moravam em sua Casa estudavam. Os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na proposição de políticas para promover uma convivência equânime entre as crianças no ambiente escolar (Godoy, 2017). As queixas das crianças sobre discriminação na escola impulsionaram Ìyá Jacila a seguir um caminho irreversível na luta pela igualdade racial.

*Me deparei com o racismo, preconceito, discriminação, senti necessidade de fazer alguma coisa além do que já fazia. A dificuldade das crianças na escola, era porque elas eram negras, desde pequenas se deparavam com o racismo e o preconceito. Alguns meninos eram discriminados porque eram negros, de religião de matriz africana e homossexual. (Barbosa, 2023).*

A educação da população negra no Brasil, refletida em Joinville/Santa Catarina, é marcada por restrições e desafios enfrentados por essa comunidade. Alterar esse cenário requer uma luta árdua, com articulação e persistência nas demandas da população negra brasileira. É crucial restabelecer a função social da escola, reorganizando suas práticas educativas para garantir visibilidade e equidade a todos os educandos (Romão, 2005).

As ações de acolhimento, assistência social, cultura e educação, empreendidas pela Ìyá Jacila junto às escolas do bairro Ulisses Guimarães continuam refletindo positivamente, pois,

*toda minha luta reflete positivamente, todo mundo me conhece e se tem uma criança num colégio que está tendo alguma dificuldade sou chamada. Fui orientada a fazer projetos, para conseguir financiamento. Fiz projeto para ter aulas de capoeira, dança, formação de fanfarras. Foi se formando isso nas escolas, fui colocando gente aqui da Casa para dar essas aulas. Quando eu falo eu, é a Casa. Se um projeto de capoeira é aprovado, colocamos na Escola Luís Gomes, no Cl Maria Laura, na Escola Amador Aguiar, na associação do bairro, sempre articulamos com eles, as escolas, atualmente, nos recebem bem, somos parceiras. Também oferecemos complementação escolar, oficinas de cultura afro. E para algumas famílias é importante, porque estamos sempre estudando a cultura afro, não porque eu quero que eles venham dançar o meu tambor, quero que eles conheçam e respeite. Eu tenho amizade com pastor, padre e me dou bem com a comunidade. Eu não faço nada condicionando-os a minha religião. (Barbosa, 2023).*

A Ìyalòrisà destaca a importância do diálogo intercultural e inter-religioso na sociedade contemporânea, promovendo compreensão mútua entre pessoas de diferentes

origens. Esse diálogo pode ajudar a eliminar estereótipos e preconceitos baseados em diferenças culturais e religiosas (Kimura & Mendes, 2021). Além disso, pode inspirar ações conjuntas em áreas como promoção da paz, justiça social e sustentabilidade, contribuindo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o objetivo 4 (educação de qualidade), o objetivo 10 (redução das desigualdades) e o objetivo 16 (paz, justiça e instituições eficazes) (UNICEF, 2023).

A *Íyálòrìsà* Jacila, não é uma estudiosa acadêmica sobre religiões e/ou comunidades tradicionais de matriz africana, mas foi educada em comunidades de Umbanda e Candomblé, onde a educação passa pelo respeito à ancestralidade e a importância do conhecimento sobre a origem, sem estabelecer diferenciações sobre quem merece ou não ser respeitado (Caputo, 2012). No entanto, essa não era a realidade que as crianças, cuidadas pela *Íyálòrìsà*, presenciavam.

*Eu via muito preconceito, discriminação, as crianças apanhavam na escola, as diretoras não tomavam atitude para que a situação mudasse. Elas diziam: - ah, mas eles andam desse jeito, eles têm que andar diferente. Isso porque o menino tinha um jeito mais delicado de andar. Ele era homossexual e o pessoal da escola tinha preconceito, batiam neles, muitos foram estuprados, dentro dos banheiros. Eu procurei ajuda, queria uma explicação, sobre o que eu deveria fazer para resolver essa situação, comecei a brigar com professoras e diretoras. Eu não sabia como, nem o que, mas, queria fazer uma coisa. Aí fui procurando em vários lugares, prefeitura, batalhão de polícia militar, delegacia de polícia, até que cheguei à secretaria de educação. Porque eu penso assim, as diretoras dos colégios, naquele momento, não tinham capacidade para serem diretoras. Quando elas diziam que, meu filho, filho do meu coração, mas meu filho, tinha que andar diferente para não apanhar dos colegas, quando chamavam as crianças de negra do cabelo duro, macumbeira, eu não podia aceitar. E quando professores e diretoras tentavam me convencer, que elas não precisavam dizer que moravam aqui, eu com a consciência que eu tenho, como *Íyálòrìsà*, filha de uma mulher negra, eu tinha que tomar uma atitude. Quando cheguei na Secretaria de educação, exigi que eles tivessem uma postura, porque o que estava acontecendo era um absurdo. Percebi que precisávamos fazer algo para conscientizar as pessoas, elas precisavam olhar o que estava acontecendo com as crianças negras nas escolas, que o tratamento das escolas para as crianças negras estava errado. E comecei falar sobre racismo. Então comecei organizar aqui, na Casa, eventos sobre cultura afro, preconceito, racismo, discriminação. Eu trazia pessoas de Campos dos Goytacazes/RJ, algumas eram professoras, que tinham formação, para falar a respeito do que estávamos vivendo aqui. O que minhas crianças passavam, me desgovernava, me irritava. Então busquei professores, assistentes sociais lá (de Campos dos Goytacazes) que já trabalhavam com a temática racial, isso era antes da Lei 10.639 (Barbosa, 2023).*

Durante a década de 1990, as escolas enfatizavam que bons professores deveriam ter competências técnicas destacadas. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) e a elaboração dos Parâmetros Curriculares (PCNs) para o Ensino Fundamental e Médio refletiam essa perspectiva, priorizando a ciência e a tecnologia como fundamentais para a formação integral dos alunos (Nascimento; Fernandes; Mendonça, 2010).

A *Ìyálòrìsà*, visando mudar o cenário da educação em Joinville, buscou caminhos para que a vida das crianças negras e periféricas pudesse ser diferente: “eu fui me aproximando das escolas, até que graças a Deus e ao sagrado veio uma diretora, que trouxe os alunos e, digamos que, ela abriu muitas portas” (Barbosa, 2023).

As práticas racistas contra as crianças e toda a população negra ao longo dos séculos levaram à criação de laços e espaços de acolhimento, solidariedade e fortalecimento. Isso resultou na formação das comunidades-terreiro, que se estabeleceram como quilombos contemporâneos, baseados na tradição e no sentimento de pertencimento (Azevedo & Medeiros, 2020). Essas comunidades, por meio dos laços de parentesco familiar, formam uma rede de resistência, uma teia de comunidades tradicionais de religiões de matriz africana.

Sem apoio financeiro, todas as ações eram desenvolvidas com recursos próprios. Não havia parcerias institucionais, nem com as escolas. Tudo acontecia no entorno da comunidade.

*A gente fazia ali fora, nos terrenos da esquina, para que as pessoas pudessem ver e participar. Começamos colocar a capoeira, nós queríamos trazer, as crianças para participarem dos eventos. No começo ninguém queria vir, as crianças queriam, os pais não deixavam. Quando a gente fazia ali na rua, as crianças começaram a parar, olhar foram se chegando, e acabaram ficando, através da capoeira (Barbosa, 2023).*

Com insistência e consistência, a cidade começou a perceber a movimentação que representava a exteriorização da cultura de matriz africana, oferecendo uma nova possibilidade de existência e identidade. Essa experiência foi significativa para a *Ìyálòrìsà*, para as escolas e para a cidade de Joinville. Era o momento de refletir sobre esse movimento de exteriorização, no qual *Ìyá Jacila* saía de si mesma para representar seu

povo, mas também retornava, afetada pela experiência, não apenas como sacerdotisa, mas como pessoa (Larrosa, 2011).

E o desejo era insistir até que toda aquela movimentação resultasse em transformação no pensamento e no modelo educacional.

*Quando eles já estavam gostando da capoeira eu trouxe o Jongo. Eu dançava Jongo, minhas irmãs de Santo que, também dançavam, e assim começamos, mas levou bastante tempo. Em 1995, foi o primeiro ano, que nós abrimos as portas para distribuir a feijoada na Casa, no dia 13 de maio<sup>3</sup> faz 28 anos que começamos (Barbosa, 2023).*

Os eventos eram sempre realizados em datas comemorativas para a Umbanda e/ou para o movimento negro: “no mês de novembro fazíamos atividades no dia 20 feijoada, roda de Capoeira Jongo, Maculelê” (Barbosa, 2023).

A celebração do 13 de maio é vista pelos movimentos negros como algo que diminui o papel histórico e as lutas abolicionistas do povo negro. Para o movimento negro brasileiro, o verdadeiro dia que representa a luta de seus ancestrais é o 20 de novembro, conhecido como o Dia Nacional da Consciência Negra, sugerido por Oliveira da Silveira. Esta data é um ato político, simbolicamente reconhecido como o dia da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares (Gonzalez; Hasenbalg, 1982).

Durante essas duas datas, as escolas abordam a presença da população negra e utilizam esses momentos para sensibilizar sobre a importância do respeito a todos, independentemente da cor.

*Um dia convidei o prefeito, comecei a convidar as pessoas da gestão da cidade. Procurava saber quem era o secretário de educação, o comandante da polícia, o delegado de polícia, alguém da televisão, de rádio, porque, como eu jogo búzios, essas pessoas começaram vir aqui para jogar búzios, e, assim nós começamos fazer amizade. Então comecei a chamá-los para virem assistir nossas ações. Em um ano convidei o prefeito da cidade, era o Carlito<sup>4</sup>. E ele veio, assistiu nossas atividades e ficou maravilhado com a Casa, com a beleza, com os trabalhos realizados, com as pinturas, com tudo que acontecia aqui. Ele me disse para levar nossas atividades para fora dos muros da Casa, porque a cidade precisa saber e ver. Aqui, se não podia usar um fio de conta no pescoço, eu sempre andei com as minhas kaftan, saias estampadas, pano na cabeça, e quando o povo me via na*

<sup>3</sup> Segundo Dias (2020), a Umbanda, é o único seguimento religioso de matriz africana, que celebra o dia 13 de maio com uma data evocativa de luta, neste dia, a maioria dos terreiros realiza a festa dos Pretos-Velhos.

<sup>4</sup> Carlito Mers, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi prefeito de Joinville entre os anos de 2009 e 2013.

*rua, todo mundo parava. Nós tínhamos a professora Maria Laura, que é para mim, a maior referência negra da cidade e ficamos amigas. Mas você ia num banco, não via uma funcionária negra, nas escolas, não tinha uma professora negra, não via nas festas oficiais da cidade, nada que indicasse a presença do povo negro. Aqui tinha um clube, onde só entrava negro, porque nos outros clubes, os negros não podiam entrar, isso há menos de 40 anos atrás. E quando eu tive acesso ao prefeito eu levei todas essas situações para ele, hoje é muito diferente (Barbosa, 2023).*

13

É evidente a importância das redes educativas, onde os terreiros são vistos como ecomuseus, transmitindo conteúdos sobre as comunidades, incluindo o patrimônio cultural material e simbólico, os saberes, fazeres, formas de expressão, celebrações e seu potencial educativo. (Caputo, 2012; Lody, 2005).

Durante as várias batalhas travadas por *iyá* Jacila, muitos avanços foram conquistados pela população negra brasileira. Desde a criação da SEPPIR em 2003, e a promulgação da lei 10.639/2003, alterada pela lei 11.645/2008, que dispõem sobre a obrigatoriedade do ensino de história da África, cultura afro-brasileira e história indígena durante a educação básica, até a aprovação da lei 14.532/2023, que tipifica como crime a injúria racial.

Segundo *iyá* Jacila, “Joinville é uma cidade preconceituosa, hoje, menos, mas ainda há preconceito. Tinha pessoas que vinham aqui na Casa, para participar de alguma festa, alguma palestra e pediam para não tirar a foto delas, porque elas poderiam até ser demitidas” (Barbosa, 2023).

Em 2023, 20 anos após a promulgação da Lei 10.639/2003, ainda há resistência em seu cumprimento. Vários obstáculos impedem o avanço na implementação dessa política pública, desde o desconhecimento do conteúdo por parte dos professores e gestores escolares, o que dificulta sua incorporação aos planos político-pedagógicos, até a resistência ideológica da comunidade escolar em apresentar a história de resistência das populações negras e indígenas contra a opressão dos colonizadores. (Aguiar, 2015).

A partir das ações desenvolvidas na sua comunidade e entorno, *iyá* Jacila foi conhecendo outras pessoas na cidade que eram simpáticas à sua luta. Com isso, suas ações transcenderam os limites da Zona Sul da cidade.

*E eu comecei vendo a história de Joinville, estudando, conheci o professor Diney Cunha, que me contou uma história a respeito do sepultamento de afrodescendentes no Cemitério dos Imigrantes. Todo mundo achava que só tinham pessoas brancas, italianos, suíços, alemães... quando eu fiquei sabendo que tinha negros sepultados lá mostrar, apresentar o cemitério dos imigrantes aos joinvillenses negros, que lá é o cemitério deles também. Eles têm que conhecer essa história. A mesma coisa aconteceu com o monumento dos imigrantes, um monumento erguido para homenagear os imigrantes, o negro também é imigrante, e os negros precisam ser representados também. E foi assim que a gente começou. (Barbosa, 2023).*

Desde então, todo dia 20 de novembro, iyá Jacila realiza a homenagem aos ancestrais lá no Cemitério. O ato reforça o pertencimento e contribui para o reconhecimento da presença negra, sempre invisibilizada na historiografia local. Esse evento ocupa todos os espaços públicos e de poder da cidade.

*Nós realizamos dentro dos eventos do mês da consciência, um evento intitulado Ìpàdé, que significa reunião. Sabe onde? Na Câmara dos Vereadores. O primeiro ano que nós fizemos apresentamos a dança dos Òrisá, de Esu a Osaala. Uma filha de Santo paramentada de Iansã, outra de Òsun, um filho de Santo, paramentado de Esu. No outro dia, a cidade inteira só comentava isso, de que a mãe Jacila tocou macumba dentro da Câmara. Olha foi uma coisa terrível. Mas nós fomos enfrentando. Passamos a fazer atividades nas escolas. Não tinha esse negócio de leis (10.639 e 11.645). Quando nós fizemos a primeira roda na praça da Bandeira, lá no Museu Nacional de Imigração e Colonização, no Monumento dos Imigrantes, eu trouxe gente de fora, porque o próprio povo de Santo da cidade, não participava, com medo de ser discriminado (Barbosa, 2023).*

Na cidade que se orgulha de ter iniciado sua história com a chegada da Barca Colon, a historiografia oficial sobrevive com a narrativa hegemônica, com a ocupação de migrantes vindos da Confederação Germânica (*Deutscher Bund*) e de outras regiões da Europa, em especial Suíça e Noruega, conta com a presença de uma migrante, de Campos dos Goytacazes/RJ, para exigir que se reconheça a presença da população negra na história local. E, se em algum momento da história o silêncio foi arma de resistência contra a perseguição do povo negro (Caputo, 2012), para iyá Jacila, a palavra é movimento, expansão, transformação é àse.

*Um dia fui chamada para uma reunião, para escolher novos integrantes do Conselho de Educação. Antes eu não dava valor ao meu conhecimento, mas me apresentei, fui escolhida e passei a integrar o conselho, para defender minhas crianças (Barbosa, 2023).*

O trabalho desenvolvido, aliando cultura, educação e diálogo, foi se consolidando na cidade. A casa da Vó Joaquina é registrada na Secretaria da educação como instituição parceira, autorizada a desenvolver projetos para o contraturno.

*Hoje podemos fazer aqui complementação escolar, no contraturno. As crianças ficam na escola num período, e no contraturno, podem ficar aqui, para fazer a complementação escolar. A gente continua abrindo portas (Barbosa, 2023).*

Nesse processo de chegar ao Conselho Municipal de Educação (CME), iyá Jacila teve oportunidade de participar das Conferências de educação e da elaboração do Plano Municipal de Educação (PME). O PME segue as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), que é um plano decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014.

A partir do Plano Nacional de Educação (PNE), Estados, o Distrito Federal e Municípios foram orientados a elaborarem planos locais, seguindo as diretrizes do plano nacional, essenciais para o desenvolvimento educacional, cultural e social de cada localidade. Para sua elaboração, é fundamental o diálogo com as comunidades para refletir seus anseios no documento. Os planos devem ser intersetoriais e contar com a participação de diferentes órgãos dos governos estadual e municipal. Embora contribuam para alcançar as metas nacionais, não devem apenas reproduzir as do PNE, pois cada localidade possui especificidades próprias. (Brasil, 2014).

Em Joinville, a comunidade teve problemas durante o processo de aprovação do PME na Câmara de Vereadores, segundo iyá Jacila.

*O plano municipal de educação e o plano municipal de cultura, nós participamos. Eu cheguei ao Conselho Municipal de Educação, durante a realização de uma conferência, mas eu cheguei, lá, pelas dores dos meus filhos, discriminados por causa da sua cor. (Barbosa, 2023).*

As atividades desenvolvidas por iyá Jacila já completava uma década e ela continuava lutando por respeito às crianças negras. Segundo ela, “eu acho que nossas ações até tiveram algum impacto no PME, uma pequena abertura, mas eu acho que foi para dizer que aqui não tinha preconceito” (Barbosa, 2023).

As orientações do governo federal para a elaboração dos PMEs municipais não foram seguidas em sua amplitude, no que se refere às especificidades locais, considerando que as pautas das comunidades tradicionais de matriz africana do povo

preto não foram expressas no PME de Joinville (Joinville, 2015). A participação da população se deu de forma ampliada, mas as indicações, não foram acatadas.

*Nós fomos autorizados a participar, pode até ter sido acatada alguma coisa, mas muito abafada, mas, nós brigamos muito para acontecer. Não teve a Audiência Pública para aprovar o Plano Municipal, eles retiraram as propostas apresentadas pela comunidade negra e LGBT. Os vereadores não escutaram a população. O Plano foi aprovado, sem as nossas propostas. (Barbosa, 2023).*

16

Ao longo do tempo, *Iyá* Jacila desenvolveu novas redes de diálogo e atuação. Em 2011, participou da Oficina para Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiro, promovida pelo Ministério da Cultura, onde interagiu com diversas lideranças de terreiros, quilombolas, indígenas, gestores governamentais, acadêmicos e representantes de movimentos sociais de todo o Brasil. O objetivo do evento era subsidiar a construção de políticas culturais para proteger, promover e consolidar as tradições desses grupos. A elaboração de políticas públicas específicas pode ajudar a preservar e fortalecer suas práticas culturais e tradições, garantindo a continuidade de sua identidade cultural como parte do patrimônio brasileiro.

O reconhecimento e valorização dos povos tradicionais de terreiro pelo Estado, por meio de políticas públicas direcionadas às suas necessidades, pode contribuir significativamente para sua valorização perante a sociedade, promovendo a compreensão de suas identidades (Borba *et al.*, 2021). A inclusão da população de matriz africana nessas políticas públicas pode reduzir a discriminação e o preconceito, sensibilizando gestores públicos e a sociedade em geral para suas demandas e contribuições.

O amadurecimento político estava acontecendo com a participação ativa da *Iyálòrisà*. Ela avaliou a importância de ter participado da oficina Para Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiro, onde encontrou lideranças de matriz africana de todos os lugares do país e trocou experiências de luta.

*Essa oficina me fortaleceu muito mais, no campo político. Eu me conscientizei do quanto era importante, abraçar e entrar mesmo nesse caminho, da atuação em nossas cidades. Meu encontro com a ministra de Políticas para a Igualdade Racial, conhecer a atuação da Fundação Cultural Palmares, a oficina do Maranhão, acho que que foi muito importante para me fortalecer aqui. Por exemplo, na Rio +20, a única pessoa de Joinville era eu. Não tinha ninguém da cultura, da educação, tinha gente de todos os lugares do mundo e de Joinville só tinha eu. Porque, eu faço parte da Rede Afroambiental, então somos convidados para muitos eventos nos*

*quais acontecem muitos debates importantes para nós de matriz africana, mas também para a gestão pública, para as universidades (Barbosa, 2023).*

A ausência do Estado no diálogo com as comunidades tradicionais de matriz africana pode ser atribuída a diversos motivos, incluindo falta de recursos financeiros e falta de vontade política, sensibilização e conhecimento sobre as demandas dessas comunidades. Isso resulta em impactos significativos, desde marginalização e exclusão até a privação de direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia e segurança, além da violação de direitos culturais e religiosos. Para Mãe Jacila, essa ausência também possui outros significados,

*[...] é um descaso com a nossa cultura, seria muito importante eles participarem e verem como acontece em outros lugares. Eles não participam, não contribuem financeiramente para que alguém vá a outros lugares se formar, se informar. Sem recursos eu acho que faço muita coisa, que é função da gestão, mas se tivesse recurso poderia fazer muito mais. Não estou falando só aqui, para nossa Casa, mas outros lugares. E seria muito bom para a cultura, afro, seria bom para a cidade (Barbosa, 2023).*

A participação das comunidades tradicionais de matriz africana na área educacional pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva, justa e equânime, onde a diversidade é respeitada e valorizada como um patrimônio cultural de toda a humanidade. E segundo *iyá* Jacila,

*a Casa da vó Joaquina teve muita importância, muita influência, mas também, muita coragem, todo o povo que me ajudou a desenvolver as ações, juntar, chamar, fazer, mostra. Eu acho que nós conscientizamos bastante pessoas, para que elas pudessem abraçar a causa e seguir em frente. A conscientização, do nosso povo é que faz nossas ações acontecerem em prol de todos (Barbosa, 2023).*

As bionarrativas sociais, representando histórias de vida e experiências compartilhadas pelas comunidades, são cruciais para transmitir conhecimento e saberes ancestrais. Ao envolver as comunidades tradicionais de matriz africana na educação, essas narrativas podem ser usadas como ferramentas pedagógicas para fortalecer a identidade cultural dessas populações (Borba *et al.*, 2021). *Iyá* Jacila, ao ouvir as narrativas de luta de seus ancestrais, desafiou o colonialismo e a história oficial de Joinville. Diante de uma sociedade preconceituosa, comprometeu-se com as lutas por

espaço e libertação do aprisionamento do povo negro, defendendo as comunidades tradicionais de matriz africana e o povo negro (Rufino, 2019).

A educação é uma variável importante no contexto social, pois é através dela que se promove a valorização da cultura e da história dos povos africanos, além de contribuir para a formação de uma identidade positiva e afirmativa de todos os povos que formam um país. Segundo *iyá jacila*:

*Nós contribuimos muito para mudanças das relações raciais aqui. Mas, precisa haver conscientização e empenho. Os vereadores deveriam lutar mais, exigir mais do poder executivo, deveriam estar do nosso lado, para o município ter políticas públicas para o nosso povo. Temos professoras e diretoras maravilhosas, mas tem deputados que aguça a população a agredir aquelas educadoras que não está fazendo nada mais do que aplicar as leis. Os poderes executivo e legislativo não podem impedir que as leis sejam aplicadas, por causa da religião deles, por preconceito, por desconhecimento. Eu não quero, que a Câmara me dê medalha, títulos, eu quero que eles façam a parte deles, apoiem o trabalho que fazemos com as crianças, a educação é fundamental, a escola é fundamental. As diretoras, não podem ter medo de falar alguma coisa, porque o secretário não aceita ou porque o prefeito vai tirar o cargo dela. Esse medo eu não conheço, porque eu não tenho medo, tenho respeito, mas medo só tenho de lagartixa (Barbosa, 2023).*

A transmissão de conhecimentos de geração em geração e as memórias possibilitam a valorização dos saberes e fazeres das comunidades tradicionais, o que, portanto, justifica o registro e disponibilização dessa narrativa. No caso de Joinville, segundo *iyá Jacila*, ainda não há motivos para comemorar.

*Se colocar de 1 a 10, estamos em torno de uns 4 ou 5. As escolas, faculdades, deveriam estar colocando nas salas de aula, os pais e as mães de Santo, para lecionar, para falar da importância da nossa cultura. Quantas pessoas, às vezes, estão com os nervos, flor da pele, sem conseguir raciocinar e, às vezes, se elas tomassem um banho de folhas, elas iriam se sentir bem. Então poderíamos ensinar sobre a importância e o bem que aquela folha faz, mas nosso conhecimento não é respeitado. Aquela mesma folha, da qual foi feita o remédio, foi tirada, macerada e foi feito o comprimido ou chá, ou xarope e está lá na farmácia sendo vendido, caro. Me disseram que o SUS vai receitar os remédios naturais, mas, ninguém me mostrou ainda uma receita assim. Pode ser que esteja acontecendo, mas eu não tenho conhecimento, ainda (Barbosa, 2023).*

O conhecimento das comunidades tradicionais de matriz pode contribuir para uma sociedade mais justa e um planeta mais protegido. Se houvesse uma aceitação e diálogo com os sacerdotes/sacerdotisas, terreiros, se essa população estivesse mais próxima das

instituições educacionais, a sociedade poderia inclusive contar com um meio ambiente mais equilibrado, pois, segundo *iyá* Jacila:

*se as pessoas tivessem acesso ao nosso conhecimento iriam ter muito mais cuidado com o meio ambiente e se houvesse realmente uma abertura para que isso fosse ensinado, se as pessoas se conscientizassem da importância disso, teríamos um mundo melhor, nós temos muito a ensinar* (Barbosa, 2023).

19

A educação é uma ação no presente sobre a ancestralidade, mas também pensando no futuro. É preciso que o diálogo entre comunidade e gestão pública se estabeleça, porque o trabalho de conscientização sobre o legado dessas comunidades e a visibilização da história do povo negro não vai acontecer de forma rápida. É preciso persistência, comprometimento e exigir esse reconhecimento (Machado, 2014). Em Joinville, a semente está plantada, mas é preciso permanecer no cultivo, continuar fazendo e falando para que outras comunidades se agreguem à luta.

A narrativa de *iyá* Jacila, como “experiência de si”, é a possibilidade de a sacerdotisa falar sobre suas experiências, mas também da biodiversidade local, considerando todos os sujeitos envolvidos: sua comunidade, sua rede cultural/religiosa, gestores públicos e demais parceiros. Isso envolve a construção de diferentes espaços formativos extramuros escolares, uma vez que a escola não está preparada para que sua cultura entre pela porta da frente e se liberte da hegemonia do pensamento.

A bionarrativa da *Iyalòrisà*, como representante das lutas empreendidas pelas comunidades tradicionais de matriz africana, aponta para a necessidade de uma educação inclusiva que valorize a diversidade cultural. Essas comunidades trazem consigo uma rica bagagem cultural, fundamental para a construção de uma educação plural e diversa (Kato & Fonseca, 2021).

Essas narrativas são exemplos concretos de pessoas e comunidades, suas vivências e experiências, e podem humanizar o entendimento sobre questões sociais, culturais e históricas. Ao compartilhar essas bionarrativas, espera-se ampliar a compreensão e a empatia em relação a diferentes coletivos. A incorporação de bionarrativas sociais na educação pode ajudar a criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, acolhedor e respeitoso (Sá *et al.*, 2022).

## 4 Considerações finais

20 A produção da BIONAS de Mãe Jacila é um chamado para o fato de que para uma educação antirracista inclusiva é importante que mestras e mestres dos saberes, que vivenciam cotidianamente as práticas culturais de matriz africana, estejam presentes no processo produtivo desses conhecimentos. É fundamental que sejam ouvidos e que haja espaço para que eles possam socializar seus conhecimentos.

A educação, as bionarrativas e a experiência de si são elementos fundamentais para o fortalecimento das comunidades tradicionais de matriz africana, para a preservação da biodiversidade e para a promoção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável e justo.

As comunidades tradicionais de matriz africana também têm uma forte conexão com o território em que vivem, considerando suas cosmologia e espiritualidade, que estão profundamente ligadas à natureza e aos seus elementos. Elas conhecem os recursos naturais disponíveis e têm a capacidade de utilizá-los de forma sustentável, sem prejudicar o equilíbrio ecológico. Portanto, é importante valorizar e respeitar as comunidades tradicionais de matriz africana como parceiras na conservação das florestas e na luta contra a degradação ambiental.

E agora elas querem falar sobre isso nas instituições educacionais, porque não há limites para as possibilidades de ressignificar os olhares da gestão e dos educadores, e abrir espaço para outras práticas educativas que incluam outras cosmovisões e histórias, nas quais a diversidade esteja presente. Para que isso ocorra, é necessário a adoção de práticas contra coloniais visando a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

É importante, para ampliar o debate político, que as comunidades tradicionais de matriz africana tenham espaços em todos os órgãos de proposição e deliberação de políticas públicas. Isso permitirá que os valores civilizatórios de matriz africana se façam presente, inclusive de meio ambiente, considerando que, independentemente da temática abordada, as narrativas sempre destacam a imprescindibilidade do território florestal para a manutenção da cultura de matriz africana. Afinal, para essas comunidades, o provérbio

“KOSI EWÉ, KOSI ORISÀ” – sem folha não tem Òrisa – funciona como um dogma a ser seguido. Na educação, isso pode ser interpretado como uma sugestão de uma abordagem holística que reconheça a importância das tradições culturais na formação da identidade e do conhecimento. Promover essa integração pode ajudar a construir uma educação mais equitativa, respeitosa e conectada às diversas heranças culturais dos alunos.

## Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: editora da FGV, 2004

AGUIAR, Zenaide Neto (Org). **SUS-Sistema Único de Saúde**: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. São Paulo: Editora Martinari, 2015.

AZEVEDO, Natanael Duarte; MEDEIROS, Lucas Gomes. Espacialização do sagrado: construções espaciais e identitárias dos “terreiros traçados” em Campina Grande-PB. **REVER**, São Paulo, v. 20, n. 2, mai/ago 2020. pp. 275-291 DOI: <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2020vol20i2a18>.

BÂ, Amadou Hampatê. A tradição viva. In: ISKANDER, Z. **História Geral da África**. Vol. 1. São Paulo: Ática, UNESCO, 1980. p. 181-218.

BORBA Denisia Martins; GONÇALVES, Maycon. Junio; ADELINO, Luiz. Aparecido. (MESTRE PIM); HERRERA, Mônica Patrícia Melo.; FALCÃO Bruno Goncalves.; BRANDÃO, Danúzia. Fernandes; BORGES, Isis Valentina Inácia. Educação e Capoeira: possibilidades pedagógicas da roda In: Kato, D. S. & TEIXEIRA, L. A. S. (Org.) **Interculturalidade e educação popular**: bionarrativas sociais para a diversidade, Belém: RFB, 2022.

BORBA, Denísia Martins.; MELO JÚNIOR, João Carlos Ferreira; MACHADO, Gerson. A desproteção jurídica do patrimônio florestal à luz das comunidades de candomblé em Joinville (SC). In: GUSSO, L. C. S.; MEIRA, R. B.; CARELLI, M. N. **Direito e patrimônio cultural**. Joinville, Editora UNIVILLE, 2021.

BORBA, Denísia Martins.; MELO JÚNIOR, João Carlos Ferreira. A dimensão sagrada do patrimônio florestal em comunidades de matriz africana em Joinville/Santa Catarina/ brasil: a sacralidade da floresta. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2022. DOI: 10.32813/2179-1120.2022.v15.n1.a807. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/807>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. **O Plano Municipal de Educação Caderno de Orientações**. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com as crianças de candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

DIAS, SERGIO JOSÉ. Dia da Consciência Negra, Comemorando, Refletindo E Me Rebelando. **Voz Da Comunidade**, 20/11/2020. DISPONÍVEL EM: <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/artigo-dia-da-consciencia-negra-comemorando-refletindo-e-me-rebelando/>. Acesso em: 12 de jun. 2023.

GODOY, Eliete Aparecida. A ausência das questões raciais na formação inicial de professores e a Lei 10.639/03. **Revista de Educação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 77-92, mar. 2017. ISSN 2318-0870. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v22n1a3433>. Disponível em: Disponível em: <https://seer.sis.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3433>. Acesso em: 04 de jun. de 2023.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**: memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

ISUNZA VERA, Ernesto; HEVIA, Felipe. **Relaciones sociedad civil-Estado en México**: Un ensayo de interpretación. Ciudad del México, DF: Ciesas. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3b9pjYX>. Acesso em: 18 set, 2023.

JOINVILLE. Lei Nº 8043, de 02 de setembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-joinville-sc>. Acesso em: 15 mai. 2024.

KATO, Danilo Seithi. **BIONAS para a formação de professores de biologia**: experiências no observatório da educação para a biodiversidade. São Paulo: Livraria da Física, 2020.

KATO, Danilo Seithi; FONSECA, Janaina Zaidan Bicalho. Autoria, Território e Alteridade para uma Formação Intercultural de Professores de Ciências. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, V. 11, n. 3, 2021. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/5986>. Acesso em: 12 de jun. 2023.

KIMURA, Verônica.; MENDES, Geovana Mendes Lunardi. Atravessando os portões: educação nos terreiros ou o que a escola poderia aprender. **REVISTA PRÁXIS EDUCACIONAL** v. 17, n.46, p. 237-251, JUL./SET. | 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8678>. pp. 237-251.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira da Educação**. Nº 19, Jan/Fev/Mar/Abr, Rio de Janeiro: ANPED, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 11 abr. 2024.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **O sujeito da Educação**. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

LEAL Rejane Cândido; DE SOUZA RÉDUA, Laís; SEITHI KATO, Danilo. Comunidades tradicionais nas pesquisas em Educação Ambiental: a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável nos discursos sobre o território. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 227–247, 2022. DOI: 10.14295/remea.v39i3.14882. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/14882> . Acesso em: 17 maio. 2024.. Acesso em: 9 jun. 2023.

LODY, Raul. **Joias de Axé**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MACHADO, Gerson. **Os atabaques de Manchester**: subjetividades, trajetórias e identidades religiosas afro-brasileiras em Joinville/SC (1980-2000). Itajaí: Casa Aberta. 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2. ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MELO JÚNIOR, João Carlos Ferreira; BORBA, Denísia Martins; KOCH, Flávia; SILVA, Alessandra Tereza. Mansur. Uso da Floresta Atlântica por comunidades tradicionais em Santa Catarina, Brasil. IN: COSTA, Alexander Josef Sá Tobias; LIMA, Clarisse Silva. (ORGs.). **Natureza e sociedade**. Editora Bagai, Curitiba-PR, 2021, pp 205-222.

MERRIAM, Sharan B.; TISDELL, Elizabeth J. **Qualitative Research: A Guide to Design and Implementation**. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2016.

ROCHA, Agenor Miranda. **As Nações Ketú**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. **Cadernos Penesb**, n. ja 2008/ju 2010, p. 38-54, 2010, Tradução. Disponível em:

biblio.fflch.usp.br/Munanga\_K\_EducacaoEDiversidadeCultural.pdf. Acesso em: 04 jun. 2023.

NASCIMENTO, Fabrício.; FERNANDES, Hylio Laganá; MENDONÇA, Viviane Melo. O ensino de Ciências no Brasil: história, formação de professores e desafios atuais.

**Revista HISTEDBR** On-Line, 10(39), 225-249. Disponível em:

<https://doi.org/10.20396/rho.v10i39.8639728>. Acesso em: 03 jun. 2023.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2015.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; VAZ, Alexander. **Participação social como método de governo: Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais**. Rio de Janeiro, IPEA, 2012. ISSN 1415-4765. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1260/1/TD\\_1707.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1260/1/TD_1707.pdf). Acesso em: 18 set, 2023.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **A Pedagogia da Diferença**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

ROMÃO, Jeruse. (org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: MEC, 2005

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Mórula Editorial, 2019.

SÁ, Águida Assunção; SILVA, Bruno Rafael; ALVES, Érika Cristina Silva; SILVA, Maria Betânia Moreira Carvalho; VILELA, Mariana Narques Silva; LIMA, Rafael Honorato.

Pedagogia da Congada – uma bionarrativa social sobre educação para a diversidade cultural. In: Kato, Danilo Seithi & TEIXEIRA, Luciana A. S. (Orgs.) **Interculturalidade e educação popular: bionarrativas sociais para a diversidade**, Belém: RFB, 2022.

SANTOS, Maglandyo da Silva; COSTA, Otávio José Lemos. Autoantropologia e Geografia da Religião: a Dupla Pertença do Pesquisador em um Terreiro de Candomblé. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 24, p. 25–41, 2022. DOI: 10.35701/rcgsv24.825. Disponível em:

[//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/825](http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/825). Acesso em: 11 jun. 2023.

UNICEF. **Objetivos de desenvolvimento sustentável - ainda é possível mudar 2030**.

DISPONÍVEL EM: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. ACESSO EM: 04 DE JUN. 2023.

VERGER, Pierre. **Orixás, Deuses Iorubás na África e no novo mundo**. Salvador: Corrupio, 1999.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

## Fonte Oral

BARBOSA, Jacila Barbosa [70 anos]. [mai. 2023]. Entrevistadora: Denísia Martins Borba. Joinville, SC, 23 mai. 2023.

25

<sup>i</sup>**Denísia Martins Borba**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9993-8477>

Doutora e Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE; Historiadora pela UFMG; Coordenadora do Comitê de Salvaguarda do *Ilé Wopo Olojukan*/BH/MG;

Contribuição de autoria: Escrita e edição.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8847191709636283>

E-mail: [denisiamartins10@gmail.com](mailto:denisiamartins10@gmail.com)

<sup>ii</sup>**João Carlos Ferreira de Melo Júnior**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6800-5508>

Prof. Dr. João Carlos Ferreira de Melo Jr.; Laboratório de Morfologia e Ecologia Vegetal; Laboratório de Anatomia da Madeira; Departamento de Ciências Biológicas; PPG Saúde e Meio Ambiente; PPG Patrimônio Cultural e Sociedade; Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

Contribuição de autoria: orientador, escrita e revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9349272647053308>

E-mail: [jcmelo\\_wood@hotmail.com](mailto:jcmelo_wood@hotmail.com)

**Editora responsável:** Genifer Andrade

**Especialista *ad hoc*:** Mirelle Araújo da Silva e Sarah Berrios Kreuger.

## Como citar este artigo (ABNT):

BORBA, Denísia Martins.; MELO JUNIOR, João Carlos Ferreira de. Bionarrativas e valores civilizatórios de matriz africana na educação em Joinville/SC. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e12889, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/12889/version/11886>

Recebido em 12 de abril de 2024.

Aceito em 25 de maio de 2024.

Publicado em 05 de julho de 2024.